

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2015 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.299 milhões (30/06/2014 - R\$5.143 milhões). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$275 milhões em comparação a R\$157 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2015, os ativos totais atingiram R\$64.086 milhões (30/06/2014 - R\$53.554 milhões).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desse montante, R\$38.861 milhões (30/06/2014 - R\$39.422 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$19.789 milhões (30/06/2014 - R\$8.046 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.191 milhões (31/06/2014 - R\$2.359 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$56.121 milhões (30/06/2014 - R\$45.198 milhões) representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

No primeiro semestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 13,75%, alta de 200 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,89% no 1º semestre de 2015, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho iniciou um processo de deterioração nos últimos meses, com a taxa de desemprego subindo para 6,7% em maio de 2015 (último dado divulgado), ante taxa de 4,9% registrada em maio de 2014.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014		Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		47.261.816	46.942.829	Passivo Circulante		1.118.415	1.530.191
Disponibilidades	4&16.d	12.829	14.971	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b&16.d	-	369
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	38.861.258	39.422.036	Instrumentos Financeiros Derivativos			369
Aplicações no Mercado Aberto		19.249.797	7.630.042	Outras Obrigações Sociais e Estatutárias	15.b	217.199	437
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		19.611.461	31.591.994	Fiscais e Previdenciárias	12	202.110	332.640
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	8.191.212	7.320.735	Diversas	13	699.106	1.196.745
Carteira Própria		8.189.509	7.272.947				
Vinculados à Prestação de Garantias		1.703	47.788				
Operações de Arrendamento Mercantil		(15.528)	(14.191)	Passivo Exigível a Longo Prazo		57.668.897	46.880.975
Arrendamentos a Receber:				Recursos de Debêntures	11&16.d	56.120.921	45.197.747
Setor Público	6.b	221	1.004	Recursos de Debêntures		56.120.921	45.197.747
Setor Privado	6.b	1.042.597	1.069.947	Outras Obrigações Sociais e Estatutárias	12	1.547.976	1.683.228
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.037.956)	(1.049.521)	Fiscais e Previdenciárias	12	1.107.319	1.162.809
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(21.051)	(35.621)	Diversas	13	440.657	520.419
Outros Créditos	6.1	208.666	194.739	Resultados de Exercícios Futuros		20	-
Rendas a Receber		2	2	Resultados de Exercícios Futuros		20	-
Créditos Tributários	7	208.394	187.766				
Diversos	8	348	6.978	Patrimônio Líquido	15	5.299.106	5.142.848
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(78)	(7)	Capital Social:			
Outros Valores e Bens	6.b	3.379	4.539	De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Outros Valores e Bens	6.b	4.059	5.483	Reservas de Lucros		593.336	450.124
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(1.680)	(2.085)	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(14.260)	(27.306)
Despesas Antecipadas		1.000	1.141				
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.a	13.543.880	2.639.671	Total do Ativo		64.086.438	53.554.014
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	11.597.756	725.040	Total do Passivo		64.086.438	53.554.014
Carteira Própria		11.564.429	721.299				
Vinculados à Prestação de Garantias		33.327	3.741				
Operações de Arrendamento Mercantil		(25.970)	(36.877)				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Público	6.b	36	257				
Setor Privado	6.b	995.733	1.034.863				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(989.841)	(1.022.736)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(31.898)	(49.261)				
Outros Créditos	6.1	1.971.817	1.950.191				
Créditos Tributários	7	437.731	490.136				
Diversos	8	1.534.186	1.460.064				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(100)	(9)				
Outros Valores e Bens	6.1	257	1.317				
Despesas Antecipadas		257	1.317				
Permanente	2	3.280.762	3.971.514				
Investimentos	2	2	2				
Participação em Coligada - no País		1	1				
Outros Investimentos		2.017	2.017				
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(2.016)				
Imobilização de Uso	9	1.387	1.387				
Imóveis de Uso		17	17				
Outras Imobilizações de Uso		1.404	1.404				
(Depreciações Acumuladas)		-	-				
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	3.280.760	3.971.512				
Bens Arrendados		5.676.053	6.865.943				
(Depreciações Acumuladas)		(2.395.293)	(2.894.431)				
Total do Ativo		64.086.438	53.554.014				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		4.720.030	282.046	72.002	(37.306)	-	5.034.418
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	12.354	-	12.354
Lucro Líquido		-	-	-	-	157.486	157.486
Destinações:							
Reserva Legal		-	7.874	-	-	(7.874)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(61.410)	(61.410)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	44.101	-	(44.101)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	44.101	-	(44.101)	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		4.720.030	289.920	160.204	(27.306)	-	5.142.848
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		4.720.030	305.094	268.501	(31.704)	-	5.261.921
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	17.444	-	17.444
Lucro Líquido		-	-	-	-	274.741	274.741
Destinações:							
Reserva Legal		-	13.737	-	-	(13.737)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(255.000)	(255.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	3.002	-	(3.002)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	3.002	-	(3.002)	-
Saldos em 30 de Junho de 2015		4.720.030	318.831	274.505	(14.260)	-	5.299.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731 - Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFII). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
Em 30 de junho de 2014, para operações de arrendamento que foram quitadas pelo arrendatário no final do contrato ou liquidados no prazo acima do limite mínimo exigido pela legislação vigente, a Santander Leasing alterou a apresentação do saldo correspondente ao resultado auferido na alienação de bens, que em 31 de dezembro de 2013 eram reconhecidos como resultado não operacional e passaram a ser registrados como resultado operacional, com efeito retrospectivo na demonstração de resultado e demonstração do valor adicionado, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), pronunciamento recepcionado pelo CMN e Bacen através da Resolução CMN 4.007, de 25 de agosto de 2011. Referida alteração decorre da inclusão de nova cláusula no instrumento contratual que permitiu melhor segregação do fluxo contábil de alienações ocorridas junto ao arrendatário ou a um terceiro por este indicado.
As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 13 de agosto de 2015.
As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015 foram divulgadas no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Auração do Resultado

O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação são avaliados no momento da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2011.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda;
III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o seu vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, respectivamente. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2011;

(2) de instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e (3) demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, a Santander Leasing passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos seus respectivos valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas. A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atizada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença atizada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

A Santander Leasing está utilizando essa prerrogativa. Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. j.2) Imobilização de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

j.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprest

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$556.394 (30/06/2014 - R\$591.425) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2015	30/06/2014
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	824.059	782.272
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	20	181
Para Interposição de Recursos Cíveis	28.706	23.687
Outros	609	775
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 14.h)	73.625	83.386
Impostos e Contribuições a Compensar	532.502	508.176
Pagamentos a Recessar	3.199	3.199
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	925	1.683
Outros	70.889	63.683
Total	1.534.534	1.467.042
Circulante	348	6.978
Longo Prazo	1.534.186	1.460.064

9. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2015 e 2014, está composto, principalmente, por edificações.

10. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	30/06/2015	30/06/2014
Veículos e Afins	2.945.585	4.228.466
Máquinas e Equipamentos	2.339.954	2.361.250
Aeronaves	164.914	62.000
Embarcações	2.501	2.501
Instalações	489	489
Imóveis	-	180
Móveis	13.753	11.697
Outros Bens	10.673	12.667
Depreciações Acumuladas	(3.184.649)	(4.331.027)
Superveniência de Depreciação	789.356	1.436.596
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	198.184	186.693
Total	3.280.760	3.971.512

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No primeiro semestre de 2015 foi registrada uma insuflação de depreciação no valor de R\$161.147 (30/06/2014 - R\$642.415) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão - R\$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2015	30/06/2014
Debêntures	setembro-07	setembro-17	5.000.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	10.749.927	9.614.901
Debêntures	agosto-06	agosto-36	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	10.053.359	8.991.879
Debêntures	junho-07	junho-17	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	9.069.227	8.111.656
Debêntures	junho-05	junho-35	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	4.449.817	3.979.985
Debêntures	março-06	março-36	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	3.908.761	3.496.056
Debêntures	setembro-05	setembro-20	120.000	R\$1.200.000	100,0% CDI	3.396.076	3.037.503
Debêntures	abril-06	abril-21	100.000	R\$1.000.000	100,0% CDI	2.543.533	2.274.975
Debêntures	junho-05	junho-20	400.000	R\$4.000.000	100,0% CDI	1.186.618	1.061.329
Debêntures	junho-12	junho-32	500.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	6.535.311	5.845.282
Debêntures	junho-15	junho-35	100.000	R\$1.000.000	100,0% CDI	10.489.427	-
Total						62.382.056	46.413.566
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	junho-12	junho-32	500.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	-	(1.215.819)
Debêntures	junho-15	junho-35	59.690	R\$5.968.996	100,0% CDI	(6.261.135)	-
Total em Circulação (Longo Prazo)						56.120.921	45.197.747

Em 7 de junho de 2014, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Juceesp) a alteração do vencimento desta debênture de 1 de junho de 2015 para 1 de junho de 2035. Essa alteração foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 17 de janeiro de 2014 e pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em 20 de janeiro de 2014.

Em 2 de setembro de 2014, foi registrado na Juceesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de março de 2016 para 1 de março de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 5 de agosto de 2014 e pela AGD em 6 de agosto de 2014.

Em 6 de outubro de 2014, foi registrado na Juceesp a alteração do vencimento desta debênture de 1 de agosto de 2016 para 1 de agosto de 2036. Essa alteração foi aprovada na RCA realizada em 2 de setembro de 2014 e pela AGD em 3 de setembro de 2014.

12. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Tributos Federais	208.860	359.145
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	1.022.279	1.032.181
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 14.h)	73.625	83.386
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	3.563	20.281
Impostos e Contribuições a Pagar	1.102	456
Total	1.309.429	1.495.449
Circulante	202.110	332.640
Longo Prazo	1.107.319	1.162.809

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	11.540	-	11.540
Superveniência de Arrendamento Mercantil	237.607	(40.287)	197.320	197.320
Total	237.607	11.540	(40.287)	208.860

	Saldo em 31/12/2013	Realização	30/06/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	1	(1)
Superveniência de Arrendamento Mercantil	519.750	(160.605)	359.145
Total	519.750	(160.606)	359.145

Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total Ativo e Diferido	30/06/2015
2015	99.303	386	125	99.814	
2016	99.946	771	251	100.968	
2017	1.286	771	251	2.308	
2018	1.286	771	251	2.308	
2019	1.286	771	251	2.308	
2020 a 2022	643	386	125	1.154	
Total	203.750	3.856	1.254	208.860	

13. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	1.076.530	1.651.474
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	29.735	33.027
Provisão para Pagamentos a Efetuar	21.109	18.884
Outras	12.389	13.779
Total	1.139.763	1.717.164
Circulante	699.106	1.196.745
Longo Prazo	440.657	520.419

14. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Saldo Patrimonial das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	1.022.279	1.032.181
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13)	29.735	33.027
Ações Trabalhistas	29.735	33.027
Ações Cíveis	83	83
Total	1.052.014	1.065.208

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Fiscais	979.204	30.409
Cíveis	43.713	13.007
Fiscais	1.051.541	51.309
Trabalhistas	(638)	(13.681)
Cíveis	29.735	(70.669)
Total	1.022.279	29.735

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de risco provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

a) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias
São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$351.987 (30/06/2014 - R\$389.705): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$530.725 (30/06/2014 - R\$480.765): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Leasing - R\$32.538 (30/06/2014 - R\$36.949): discute-se a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior, são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de risco e classificação dos assessores jurídicos.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$73.625 (30/06/2014 - R\$83.386), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-contratadores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contratadores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

i) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$181.607 e as cíveis em R\$15.371. Não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social em 30 de junho de 2015 e 2014, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015, no valor de R\$255.000 (R\$0,02308809 em reais por ação e R\$0,01962488, líquido do imposto de renda, em reais por ação) devendo o pagamento ser efetuado em data ainda a ser cominado e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2015.

Em 31 de março de 2014, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2014, no valor de R\$61.410 (R\$0,00556016 em reais por ação e R\$0,00472613, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 31 de março de 2014 e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2014.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovada o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2015, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2015 e 2014, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, os membros do Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo: I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
Disponibilidades (Nota 4)	12.804	-	14.971	-
Banco Santander	12.804	-	14.971	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.861.258	2.315.446	39.422.036	1.734.275
Banco Santander	38.861.258	2.315.446	39.422.036	1.734.275

Valores a Receber de Sociedades

	30/06/2015	30/06/2014
Ligadas (Nota 19)	1.817.146	-
Banco Santander		

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2